

## **VISITA À ESCOLA EMÍDIO NAVARRO**

Realizou-se, no passado dia 22 de Maio, uma visita à Escola Secundário Emídio Navarro, em Almada, no âmbito da disciplina de Didáctica. Fomos recebidos pela Presidente do conselho executivo, Prof. Luísa Barros, docente na escola à 30 anos e executante do cargo de direcção à 10 anos.

A escola comemora o seu cinquentenário e aliado a esta comemoração, encontram-se muitos anos de lutas, entraves e vitórias, basta lembrarmo-nos que a filosofia da escola passou pelo regime antigo acompanhando esta transição um corpo docente ainda presente no processo de crescimento da escola.

Em termos curriculares, a escola abrange as componentes do 3º ciclo do ensino básico, os 4 agrupamentos disciplinares do ensino secundário, e uma componente curricular com cursos de educação e formação na variante tecnológica e profissão, nas áreas de mecânica e electricidade, propostos em simultâneo pelo ministério da educação e do trabalho. Estes cursos são mais directamente vocacionados para quem abandonou o sistema escolar com insucesso e pretende retomar na variante de ensino nocturno por unidades capitalizáveis. Contudo, esta variante também não consubstancia grande sucesso. Uma vez concluído, o diploma equivale a um nível profissional de grau 2.

Relativamente ao funcionamento interno da escola, ainda se nota uma tendência ostracista ao regime de autonomia imposta pelo decreto 115. A tendência é para relativizar a autonomia ao foro financeiro, e neste aspecto, a Prof. Luísa ressalva que os meios previstos para concretizar esta autonomia não existem ou são mal geridos. Contudo, há que sobressaltar, que a autonomia pedagógica e de planificação existe, todavia, é pouco assumida pelos docentes, que vivem conformados a um espírito ausente de criatividade e de pouca vontade de criação de projectos. Nota-se uma auto-limitação por parte dos próprios professores no que toca ao incentivo na procura de soluções.

A componente espacial da escola conta com o funcionamento activo do centro de recurso, no âmbito das bibliotecas escolares, segundo um projecto financiado a nível do ministério de educação. Abrange também 5 laboratórios, ginásio, bar, entre outros.

A gestão dos laboratórios é feita pelo director de instalação, segundo o articulado na lei. Este inspector tem a cabo a gestão do material, listagens de utensílios e reposição dos gastos. Este cargo já não adopta tempo de redução da componente lectiva, e como este, denotou-se uma redução cada vez mais diluída de toda a componente lectiva para um grande número de cargos, assumindo estas regalias apenas a direcção de turma, com uma redução de 2 horas, e a variante de desporto escolar e grupo de equipas também com 2 horas de redução.

Existe uma íntima cooperação e sintonia entre o delegado de instalação e o delegado do grupo. Esta dependência consubstancia-se numa filosofia de proximidade e envolvimento do maior número de pessoas para uma maior eficiência na gestão intermédia da escola.

Actualmente, a lei não prevê a existência de uma carreira de funcionário técnico para apoio na gestão do laboratório, estando a cargo destas funções, um auxiliar

de acção educativa e somente quando existe tempo para tal, uma vez que o cargo como carreira não é atribuído.

A gestão do laboratório é dependente da proposta de orçamento privativo gerida pela assembleia de escola e engloba basicamente o equipamento base de laboratório e material de desgaste para reposição. Todo o material mais robusto, provem de uma listagem não fundamentada às necessidades da escola, e que o ministério coloca em concurso segundo uma tipologia de equipamento aleatório. Muito deste equipamento, não se alia às necessidades da escola, acabando por não ser utilizado.

O orçamento privativo refere-se ao dinheiro proveniente das compensações em receitas da escola, e apesar de se declarar contas ao estado, ao Gabinete de Estado e Financiamento (GEF), este orçamento é inteiramente gerido pelo gabinete de gestão financeira interno da escola e colide com as receitas provenientes de pequenas multas, aluguer de instalações, receitas da papelaria, etc. e trata uma gestão segundo rubricas (como a gestão das instalações, comunicação, visitas de estudo, gestão do bar, entre outros).

Existe depois o orçamento de estado, gerido segundo duodécimos e que reflecte uma pequena percentagem do dinheiro administrado pela escola. Esta gestão é bastante inibidora, pois não assegura uma orientação imediata, e sim contratual.

Da visita à escola, estes foram os pontos que me pareceram pertinente reter. De uma análise global, e acrescentando um toque pessoal, penso que a escola vive muito um tradicionalismo conformista e negativista. Penso que é necessário olhar não só para as desgraças do ensino mas também para as suas grandes virtudes.

O facto de a entrevista focar quase unicamente a falta de autonomia financeira que assombra a escola sem revelar a real providência da autonomia pedagógica que é dada mas contudo não é aproveitada. Entristeceu-me saber que a importância na gestão de uma escola é de âmbito financeiro e não didáctico. Mas também, pode ter sido mero equívoco da minha parte.

**Joana Alves**